

A nova defesa

• O Governo iniciou nova defesa do real. Na terça-feira, quando o mercado abriu, os juros estarão em 29,75%, no teto da banda. Além disso, virão medidas fiscais. "Não tenho a menor dúvida de que o dinheiro voltará", afirma o diretor do Banco Central Francisco Lopes. "O risco econômico ficou maior que o risco político", diz uma fonte do Governo. "Não estamos defendendo o real por capricho. É a solução mais barata para o país", diz Chico.

O Governo acha que com estas medidas estará conquistando credibilidade, por mostrar a coragem de tomar decisões dolorosas. Além disso tornará mais atrativo manter o dinheiro no país, do que mandá-lo para fora para comprar papéis da dívida brasileira. O que está descartado é a adoção de qualquer medida artificial como taxaço sobre a saída de capital.

— Sou absolutamente contra qualquer medida como a de impor IOF sobre a saída de recursos. Isto é quebra de regras. Medidas inadequadas e artificiais enfraquecem os países, em vez de fortalecê-los. A resposta correta nunca envolve quebra das regras do jogo — afirmou Chico Lopes.

A idéia do Governo é que com elevação das taxas de juros e medidas fiscais que estão sendo preparadas o fluxo vai se inverter.

— Não tenho a menor dúvida disto. O fluxo se inverteu todas as vezes que governos sérios mostraram que estavam dispostos a defender a moeda. No Brasil, o fluxo voltou em 95 e no final do ano passado.

O diagnóstico do Governo é que há neste momento uma quebra de confiança nos mercados emergentes, provocada pela crise da Rússia, e um erro de política monetária que está tornando mais atrativo remeter recursos para o exterior, mesmo que seja para comprar títulos brasileiros.

— As saídas de dólares dos últimos dias refletem insegurança do investidor em relação à qualidade da resposta que o Brasil estava dando. Além disso estava saindo dinheiro pelo flutuante por uma inconsistência da política monetária. A taxa de juros interna estava menor do que a rentabilidade de uma mesma aplicação externa de risco comparável.

Ele acha que com as medidas tomadas, a alta dos juros, o aperto de liquidez, o Brasil estará mostrando que "faz o que tem de fazer para defender o plano".

A grande dúvida que fica é se isto não será um tiro no pé. A dívida quase toda pós-fixada será impactada instantaneamente pelo novo custo. Isto aumenta o déficit público e portanto a fragilidade.

Para enfrentar esta dúvida o Governo prepara medidas fiscais sobre as quais Francisco Lopes não quis falar. Garantiu que não é pacote, mas uma decisão de reduzir os gastos e fazer o dever de casa.

Além disso, Chico Lopes sustenta que esta nova taxa de juros será temporária. Na verdade é uma nova tecnologia de defesa.

— É uma defesa diferente. Nós aprendemos. Em vez de

eleva o piso dos juros o Banco Central estará caminhando com a taxa selic, overnight, para perto da Tban. Vamos caminhar dentro da banda. Assim ficará mais atrativo manter o dinheiro aqui do que mandar para o exterior para comprar títulos da dívida, por exemplo. Reconquistando a credibilidade, o fluxo retornará ao país — explica Chico.

Se isto acontecer, desta forma, os juros cairão novamente. A entrada dos dólares aumentará a liquidez que permitirá que os juros flutuem para baixo.

Pelas contas de Chico Lopes, se os juros forem mantidos durante um mês no patamar de 29,75%, o custo será de 0,35% do PIB, o que dá R\$ 3 bilhões.

— Quanto mais rápido ganharmos credibilidade, tanto maior será a velocidade de recuperação das reservas e mais rapidamente os juros caem.

Ele admite, no entanto, que o ganho de credibilidade será maior "quanto maior for o suporte na área fiscal".

E por que um Governo, que fez um pacote de 51 medidas fiscais e não as cumpriu, iria agora cortar gastos e reduzir os custos?

— Não temos alternativa a não ser fazer o ajuste fiscal. Não queremos defender o real por capricho, mas porque esta é a solução mais barata. Qualquer alternativa custaria muito mais caro ao país.

O país não vai pedir ajuda externa, nem ao FMI, nem ao Governo americano, segundo o diretor.

— O país tem condição para se defender sozinho. Nós sabemos o que temos de fazer. Não vamos pedir dinheiro a um governo estrangeiro ou a uma instituição porque eles vão dizer "então façam o dever de casa". Ninguém vai nos emprestar para sermos irresponsáveis. O G-7 deixou a Rússia quebrar, por que nos defenderia, se nós não nos defendermos primeiro, fazendo o ajuste fiscal? — afirmou.

A polícia cambial não muda, garante o diretor. Está convencido que a política está funcionando, permitindo um ganho de competitividade real ao país. Ele acha que um grande ganho virá da própria ação do Governo.

— Um Governo que for percebido como imobilizado está morto.

Chico diz que o BC já aprendeu a entender momentos como os dos últimos dias:

— Num primeiro momento seca tudo. Não vem dinheiro, não se consegue rolar um empréstimo. Aí vêm as maldades: quem ia entrar, adia, quem ia sair, antecipa. Nestas horas, você tem que ver onde está o erro e corrigi-lo.

■ ■ ■ ■ ■

• **PELO MENOS** três aquisições de porte, que estavam sendo costuradas, foram adiadas por conta da crise. Na área de alimentos, de eletrônicos e de seguros.

• **HÁ DUAS** semanas José Roberto Mendonça de Barros prepara medidas para incentivar a exportação. Em pauta, a escolha de gerentes para fazer o comércio exterior andar.

COM DIRCEU VIANA

E-mail para esta coluna: paneco@oglobo.com.br